



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN**

**ATA DA 8^a (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DO
MUNICÍPIO DE VILHENA-RO.** Às nove horas e dez minutos do dia 12 de abril de 2022, o Presidente, Vereador Ronildo Macedo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com a presença dos Vereadores Ademir Alves, Vereadora Clerida Alves, Dhonatan Pagani, Nica Cabo João, Pedrinho Sanches, Professora Vivian Repessold, Samir Ali, Sargento Damassa, Zeca da Discolândia e Zezinho da Diságua, estando ausentes os Vereadores Wilson Tabalipa e Zé Duda. Na sequência, o Presidente colocou em votação a Ata da 7^a Sessão Ordinária, realizada no dia 5 de abril de 2022, a qual foi **aprovada** por unanimidade. Iniciou-se a **PRIMEIRA PARTE DA SESSÃO** e o Presidente solicitou à Secretaria a leitura do **Expediente Recebido: Ofício nº 85/2022/SEMAD; Projetos de Lei Ordinária nºs 6.357, 6.371, 6.372, 6.373, 6.374, 6.375 e 6.376/2022; e Requerimento nº 007/2022.** Em seguida, o Presidente convidou a Secretaria Municipal de Saúde, Weslaine Cristina de Amorim, para prestar esclarecimentos acerca de questões relativas à Saúde no Município. A Secretaria fez os devidos cumprimentos, deixando claro que assumiu a pasta da Saúde há 90 (noventa) dias e que não conseguirá esclarecer precisamente o que deixou de ser feito antes desse período, mas o que tem feito, enquanto Secretaria, para melhorar a Saúde, terá condições de dizer. Na sequência, o Presidente passou a palavra para os vereadores iniciarem seus questionamentos. Na oportunidade, o Vereador Dhonatan Pagani iniciou dizendo que a convocação da Secretaria é ofício desta Câmara, no sentido de fiscalizar e levar esclarecimentos à população. Disse também que a decisão inicial de convocar a Secretaria se originou na situação da Unidade Básica de Saúde Lírio Hoesel, do bairro Cristo Rei. O Vereador pontuou que é conhecedor do processo da obra de reforma da UBS e sabe também que ele não se iniciou nas mãos na Secretaria, contudo em suas mão agora está, e erros do passado não eximem responsabilidade no presente. Dhonatan Pagani então relatou que esteve na UBS no dia 16 de fevereiro e no dia 21 do mesmo mês convidou a Secretaria para que se fizesse presente na reunião das Comissões Permanentes desta Casa para prestar

esclarecimentos acerca da paralisação da obra de reforma da Unidade. O Vereador salientou que, na reunião, a Secretaria Municipal de Saúde, Weslaine Cristina Amorim, firmou compromisso de reiniciar a obra na Unidade no prazo de 30 (trinta) dias, contando da data da reunião, com recursos do Município, caso o Governo Federal não liberasse o recurso. O Vereador acrescentou que, no dia 16 de março deste ano, esteve em Brasília e verificou, junto ao Ministério de Saúde, a situação da liberação do recurso e teve a informação de que não havia previsão para que isso acontecesse. Ainda expôs que, no dia 22 do mesmo mês, protocolizou o Ofício nº 24/2022 na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, portanto trinta (30) dias após a reunião das Comissões na qual a Secretaria firmou o compromisso a respeito da obra, por meio do qual solicitou comunicação formal da SEMUS quanto aos procedimentos adotados para cumprir o acordo feito na reunião das Comissões em conjunto com todos os Vereadores. Em relação a esse Ofício, o Vereador disse que não obteve resposta. Após essas considerações, o Vereador questionou a Secretaria sobre que procedimentos estão sendo adotados para resolver a situação, tendo em vista que já existe uma pacificação do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia de que não há problema algum em excluir a Portaria que destinou o recurso Federal e utilizar recurso próprio para realizar a obra. A Secretaria, afirmando não saber se houve uma confusão de falas na reunião das Comissões, disse que não determinou prazo, até porque, como assumiu a pasta há noventa (90) dias, ainda está no prazo de se apropriar dos processos para daí dar sequência àquilo que acha que tem que ser feito. Disse também que assistiu ao vídeo da gravação da reunião e que não saiu de sua boca o compromisso de reiniciar a obra em trinta (30) dias, mas quem firmou o acordo foi a Secretaria de Planejamento, Sueli Santana Magalhães, que já vinha acompanhando o processo. Weslaine reconheceu que o local para onde foi transferido o funcionamento da Unidade não tem condições de comportar o atendimento, tanto do usuário quanto do servidor. Segundo a Secretaria, o prazo de 30 (trinta) dias estipulado por ela foi referente à conclusão da obra da UBS Leonardo Alves de Souza, sobre a qual afirmou: “*Estive lá na obra, juntamente com a nova direção da UNESC, que a UNESC também está mudando bastante a direção, e isso é muito ruim para o Município, que tem essa parceria com eles, e essa obra a UNESC não entrega em trinta (30) dias, que seria no final do mês de março*”. Disse ainda que, pelo que verificou na obra, ainda serão necessários uns cento e vinte (120) dias para a conclusão, mas afirmou que pediu celeridade, até porque o Município tem um orçamento um tanto grande com a

UNESC. A Secretaria voltou a se referir sobre a obra da UBS do Cristo Rei, citando alguns boatos de que esteve na Unidade e falou aos servidores que o dinheiro para o retorno da obra estava na conta; contudo, afirmou que não foi esse seu discurso. O que aconteceu foi que esteve na UBS para apresentar uma responsável técnica, e uma servidora perguntou sobre o prazo da obra, ao que a Secretaria respondeu que a SEMUS não tem o dinheiro na conta. Ainda afirmou que, mesmo se o recurso cair hoje, ainda vai uns nove (9) meses para que a obra seja entregue. Diante dessas explanações, a Secretaria firmou um compromisso de procurar um local mais amplo para o funcionamento da UBS, até que a reforma seja concluída, e se comprometeu a realizar pessoalmente a procura do imóvel adequado, que precisa estar localizado no Bairro Cristo Rei. A senhora Welslaine informou que o Chamamento para locação de imóvel para funcionamento da UBS Vitalina Gentil está em andamento e, nesse mesmo Chamamento, será incluída a locação de imóvel para a UBS do Cristo Rei. O Vereador Dhonatan Pagani voltou a inquirir a Secretaria sobre o prazo de trinta (30) dias, tratado pela Secretaria na reunião das Comissões, para o reinício da obra. A Vereadora Professora Vivian Repessold também comentou a questão, dizendo que *"independente se foi sua fala ou não, acreditando no que a senhora tem colocado aí, é uma equipe que faz parte do Executivo e que estava te acompanhando responsável pelas respostas. E, se a secretária Sueli, conforme a senhora disse, respondeu, e a senhora não assume a resposta dela, ela veio a tua companhia, ela estava ciente sobre o assunto que ia ser falado, então de forma alguma poderia dar prazos ou falar em seu nome. Então, se ela esteve aqui, se ela falou isso, e nós temos o documento aqui assinado, fica valendo o que nós temos"*. Com essas palavras, a Vereadora disse que a situação da UBS do Cristo Rei está se agravando, sem resultado. Afirmou ainda que comprehende que a Secretaria está há apenas noventa (90) dias à frente da SEMUS, contudo está atuando na Saúde há muito tempo e que conhece a situação. O Vereador Dhonatan Pagani insistiu que o prazo foi acordado com a Secretaria de Saúde e a de Planejamento. O Vereador Zezinho da Diságua, que disse não se lembrar quem firmou o compromisso com o prazo, disse que esteve na obra da UBS há algum tempo, quando ainda a senhora Welslaine não era Secretaria, e verificou que a obra estava parada porque foi preciso inserir a construção de mais duas salas, o que não estava previsto no projeto, segundo o que lhe informou a Secretaria Municipal de Planejamento. O Vereador salientou que a obra deve ser terminada com recurso próprio, caso o Ministério da Saúde não libere o recurso. A Secretaria tornou a usar

a palavra e, referindo-se à fala da Vereadora Professora Vivian Repessold, sobre a responsabilidade do que foi acordado na reunião das Comissões sobre o prazo para o término da obra da UBS do Cristo Rei, voltou a dizer que o compromisso com o prazo de trinta (30) dias não foi seu, mas que hoje assume o compromisso de que o Município vai arcar com essa obra. *“Começamos a abrir o processo desde ontem, depois das tentativas com o Ministério da Saúde, e que só vem documento dizendo que tem que aguardar, que vai cair em conta a qualquer momento. Ontem nós iniciamos o processo, estamos aguardando o parecer da Procuradoria Geral do Município - PGM, para que o Município arque com a responsabilidade com recurso próprio”*. O Vereador Dhonatan Pagani pediu que a Comissão Permanente de Saúde desta Casa encaminhe ofício à SEMUS, solicitando cópia do processo administrativo, ora mencionado pela Secretaria, e uma resposta formal do compromisso que a Secretaria acabou de firmar, e que informe também quais as previsões para a conclusão desse processo e início da obra com recurso do Município, haja vista que o trâmite interno é mais acelerado do que o recurso do Ministério da Saúde. Retomando a palavra, a Secretaria pediu quinze (15) dias para encaminhar cópia do processo, tendo em vista a necessidade de passar pela PGM e fazer todas as análises. O Vereador Pedrinho Sanches discorreu sobre o erro do Poder Executivo de transferir o Pronto-Socorro do Hospital Regional para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24H, citando os transtornos que isso tem causado à população. O Vereador perguntou se a Secretaria tem conhecimento do mau atendimento que os pacientes têm recebido de maioria das equipes que atendem na UPA, principalmente da empresa que presta serviços na Unidade, e por que tanta morosidade na reforma do Hospital Regional. A Secretaria afirmou que tem recebido reclamações sobre o atendimento na UPA e, para subsidiar seus esclarecimentos, relatou que, quando assumiu a direção do Hospital Regional, uma de suas primeiras ações foi chamar o representante da empresa para conversar, oportunidade na qual o advertiu de que a empresa seria notificada caso algumas situações, as quais chegaram a seu conhecimento, continuassem. O responsável pediu um prazo para proceder às adequações e, caso não fosse resolvido, a SEMUS tomaria a providência de notificá-la. Após esse diálogo, a situação foi resolvida, que na época envolvia os serviços de ginecologia e obstetrícia. A senhora Weslaine também relatou que, quando assumiu a SEMUS, os problemas apareceram na UPA, quando houve novo diálogo. Sendo assim, a Secretaria informou que, verbalmente, a empresa tem sido notificada e, com isso, a situação foi se adequando para dar

continuidade ao serviço. Ainda afirmou que não tem como dispensar a empresa, porque, caso isso acontecesse, a SEMUS não teria médicos para prestar o atendimento no Pronto-Socorro, tendo em vista que o salário pago aos médicos no Município, por ser defasado, não é atrativo, tanto que foi aberto concurso público e processo seletivo, cujas vagas não foram preenchidas. A senhora Welslaine afirmou que não concorda com algumas situações e, quando chega a seu conhecimento, já entra em contato com a empresa. Ante a essas afirmações da Secretaria, o Vereador Dhonatan Pagani perguntou se, com todos os problemas apresentados pela empresa, a SEMUS, no período em que passou à responsabilidade da Secretaria, fez alguma notificação e, se não foi feito, que explique por que, tendo em vista que a própria Secretaria acabou de informar que houve problemas. O Vereador ainda pediu que, caso tenha sido realizado notificação por escrito, que seja encaminhado cópia a esta Casa de Leis. A Secretaria confirmou que houve notificações, “*muitas delas verbais e por mensagem de whatsapp, mas teve também notificação do fiscal de contrato, no mês de dezembro e no mês de janeiro*”. O Vereador Dhonatan Pagani solicitou que a Comissão Permanente de Saúde envie ofício à SEMUS, solicitando cópia das notificações feitas à empresa desde o início do contrato, e que a resposta da SEMUS não ultrapasse sete (7) dias. A Vereadora Professora Vivian Repessold relatou o ocorrido com uma idosa, vítima de AVC, em que o médico de plantão ligou para um colega pedindo orientação de como proceder. Com o relato, a Vereadora questionou: “*O que fazer, se a Saúde está vendo que a conduta dessa empresa não está ajudando, que são médicos inexperientes, nós vamos ficar de braços cruzados porque não consta em contrato que a conduta do médico não pode ser questionada?*” Ao questionamento a Secretaria respondeu: “*Vereadora, conduta médica não compete a nós questionar, inclusive tem servidores da saúde que responde processo pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - Cremero*”. A senhora Welslaine disse que não está com os olhos tapados, mas que é limitada a agir em certas ocasiões, e citou o caso do médico da UPA que prescreveu um xarope, cuja marca só é encontrada na rede privada e com preço elevado, mas que a farmácia municipal tinha o medicamento similar, contudo, mesmo com o pedido do servidor para que o médico mudasse a receita, já que o medicamento disponível na farmácia municipal surtiria o mesmo efeito, e a paciente era pessoa de baixa renda, o médico se recusou e manteve sua prescrição. Diante disso, a Secretaria disse que fez uma reunião com os médicos do Município para padronizar as prescrições médicas, porque a farmácia

municipal conta com diversos medicamentos, mas, se não são prescritos vence seu prazo de validade. A Vereadora Professora Vivian Repessold disse que “*algum mecanismo tem que ter para que a empresa seja responsável pela falta de capacidade, pela falta de experiência desses médicos, porque nós estamos falando de vidas*”. Em resposta, a Secretaria disse que, tendo em vista ser unânime o descontentamento com a empresa que presta serviço na UPA, considera que a notificação pode ser feita pelos Vereadores. O Vereador Dhonatan Pagani não concordou com esse posicionamento e rebateu dizendo que é responsabilidade da Secretaria tal procedimento. O Vereador Samir Ali enfatizou que cabe à Câmara cobrar a Secretaria, e continuou perguntando sobre a contratação de profissionais para atender os vinte (20) leitos de UTI/Covid, que foi um compromisso firmado pela Secretaria na reunião das Comissões, e a contratação de pessoal para atender as Unidades de Saúde em modo geral. O Vereador ainda discorreu sobre a falta de profissionais no Centro Especializado em Reabilitação – CER, inclusive de psicólogos para atender os autistas, e questionou a Secretaria a respeito. A senhora Weslaine explicou que, devido à queda nos casos de Covid, não houve necessidade de utilizar os leitos que são convênio com o Estado, mas, caso seja necessária a ocupação, a SEMUS dispõe de pessoal para atender, porque foram contratados profissionais por meio de processo seletivo específico, com verba do Governo Federal para enfrentamento da Covid. Contudo, por causa da diminuição no índice de pessoas contaminadas em 2021, a então Secretaria exonerou alguns dos profissionais contratados. Disse ainda que, haja vista um novo aumento de infectados no final de novembro de 2021, foi feito um novo processo seletivo, não sendo necessário proceder à contratação, já que, até a conclusão do seletivo, os casos diminuíram. Esclareceu também que o processo seletivo está vigente e, caso seja necessário, a SEMUS poderá convocar os profissionais. Sobre a falta de pessoal para atender as demais Unidades de Saúde, Weslaine explicou que não é fácil contratar, principalmente médicos especialistas, que, em sua maioria, não querem vir para Vilhena, devido aos salários defasados pagos pelo Município. Esclareceu também que foram convocados vinte (20) enfermeiros que estão sendo lotados na Atenção Primária de Saúde e no Hospital Regional. Sobre o CER e a questão do atendimento dos autistas, a Secretaria disse que, após as psicólogas terem pedido exoneração, foram convocadas duas concursadas, cuja apresentação está sendo aguardada pela SEMUS. A Secretaria afirmou que tem se empenhado para proporcionar melhores condições de trabalhos aos servidores da Saúde. O

Vereador Samir Ali pediu que a Secretaria envie a esta Casa o relatório de todas as convocações por ela mencionadas, e esclareceu que a solicitação será feita por meio de ofício da Comissão Permanente de Saúde. O Vereador Pedrinho Sanches, após externar sua preocupação com a população, voltou a falar do atendimento prestado na UPA e salientou que, mesmo que a contratação da empresa tenha ocorrido por processo licitatório, do qual foi a vencedora, não quer dizer que “*temos quer continuar com esse pessoal com esse tipo de conduta*”. Com essas palavras, o Vereador aconselhou que a SEMUS comece a notificar os maus tratos e as condutas indevidas, a fim de proceder até mesmo à quebra do contrato, pois deve haver uma cláusula com essa previsão, e que realize nova licitação para contratação de outra empresa. A defasagem dos salários dos médicos também foi enfatizada pelo Vereador, que discorreu sobre a dificuldade da população com a falta de especialistas. Na sequência, o Vereador Dhonatan Pagani perguntou o que a Secretaria tem feito para melhorar as condições de trabalho dos servidores da Saúde e prosseguiu comentando a disparidade entre o salário dos médicos contratados pela empresa terceirizada e o salário constante no edital do processo seletivo para contratação de médicos especialistas, sendo previsto para estes menos da metade do que é pago para os terceirizados. Nesse sentido, perguntou qual o planejamento da Secretaria para resolver isso. Sobre a melhoria nas condições de trabalho dos servidores, a Secretaria respondeu: “*Vereador, em noventa (90) dias, é sabido que a gente não consegue fazer nada, nós vamos se aprimorando para ver o que consegue ir avançando*”. A Secretaria afirmou que tem feito um estudo da questão, tem enviado servidores para cursos de capacitação e, na medida do possível, vai buscando “*melhorar as formas de trabalhos, o ambiente de trabalho, com capacitação e tudo mais*”. O Vereador Dhonatan Pagani insistiu perguntando se existe um planejamento para tais melhorias, se existe um cronograma de ações a fim de promovê-las e se existe também um plano de trabalho e, se existe, que seja encaminhado cópia a esta Casa. A Secretaria afirmou que não teve acesso a plano de trabalho, mas está elaborando um, com cronograma, e que tem se reunido com sua equipe para discutir as questões da Saúde. O Vereador Ronildo Macedo discorreu sobre as diversas trocas de secretários na SEMUS e sobre as dificuldades que isso acarreta, e disse que o Prefeito deveria ser convidado a prestar esclarecimentos nesta Casa. O Vereador ainda disse que não se pode jogar pedras na Secretaria Welslaine, que é vítima de uma gestão que não faz o bem para o Município, mencionando a incompetência da

atual gestão municipal, que perdeu mais de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em recursos para a Saúde. Afirmando que o Prefeito não se reúne com seus secretários para discutir as problemáticas no Município, e que o diálogo acontece por intermédio de seu assessor, disse que não adianta cobrar planejamento e cronograma se uma secretaria que está à frente da Saúde há apenas noventa (90) dias, e que “*estamos pagando um preço por falta de capacidade do nosso chefe geral, que não tem gestão, não tem habilidade para o diálogo, e quem paga a conta é o povo*”. Com essas palavras, o Presidente pediu que a Secretaria “*realmente faça um cronograma, que realmente fiscalize essa empresa*”. Continuou relatando o caso de uma jovem que sofreu um acidente e que, segundo informações de um médico do Hospital Regional, veio a óbito por negligência de médico da UPA, contratado pela empresa terceirizada, que demorou cerca de quatro horas para encaminhá-la ao Hospital Regional. O Presidente disse que o secretário precisa de tempo para trabalhar, e afirmou que, de sua parte, W eslaine tem o tempo que ela precisar, contanto que “*as coisas comecem a andar*”. Corroborando as palavras do Vereador Dhonatan Pagani, no sentido de que é da Secretaria a responsabilidade de notificar a empresa prestadora de serviços médicos na UPA, o Presidente questionou a Secretaria sobre que medidas tomará a respeito. Falou ainda de denúncias sobre médicos que residem em outros municípios e que ficam esperando o término de seu plantão para encaminhar pacientes para Cacoal ou Porto Velho a fim de pegar carona para casa, e perguntou se a Secretaria tem conhecimento disso. Logo em seguida, o Vereador Dhonatan Pagani discordou do posicionamento do Presidente, quando disse que a Secretaria é vítima, e continuou dizendo que vítima é a população. Falou sobre a atuação de W eslaine na Saúde do Município, onde foi chefe do CER, chefe de UBS, diretora do Hospital Regional, para justificar seu posicionamento sobre a necessidade de cronograma de ações, porque na gestão “*você não entra para fazer o cronograma, você faz o cronograma para entrar*”. Depois de tantas perguntas dos Parlamentares, o Vereador Pedrinho reivindicou resposta a sua questão, sobre que atitude a Secretaria pensa em tomar contra a empresa que presta serviços na UPA. A Secretaria disse que, enquanto diretora do Hospital Regional, diante de tantas denúncias, pensou na hipótese do distrato com a empresa, mas isso não lhe caberia, na condição de diretora do Hospital Regional. Ao assumir a SEMUS, W eslaine chamou a empresa para uma conversa, a fim de resolver a situação, oportunidade na qual a empresa se prontificou em fazer os ajustes necessários. A Secretaria salientou que o contrato vence em junho e já foi

questionada se vai haver prorrogação. Desse modo, disse que seguirá orientação da PGM, que a instruiu a não prorrogar contratos, mas a realizar nova licitação. Segundo a Secretaria, o novo Chamamento terá início já no mês de abril de 2022, contudo enfatizou que sua vontade é que seja melhorado o salário dos médicos para que seja feito processo seletivo a fim de suprir as vagas, para que não seja terceirizado o serviço, que sai mais caro para os cofres públicos. O Vereador Pedrinho Sanches voltou a perguntar se a SEMUS tem notificado por escrito a empresa, ao que a Secretaria afirmou que sim, que inclusive abriu processo de sindicância para apurar as responsabilidades relativas ao óbito de uma criança de cinquenta e cinco (55) dias. Na sequência, a Vereadora Professora Vivian Repessold falou sobre a recente nomeação de Wescaline no cargo de Assessora de Integração Governamental para, contudo, desenvolver a função de Secretária Municipal de Saúde, afirmando saber que isso ocorre por questões salariais e perguntou qual o cargo da Secretaria hoje e quais suas funções. Wealaine respondeu que a Vereadora deve saber, até porque passou pelo mesmo trâmite, sendo nomeada como Assessora Governamental, respondendo, sem ônus, pela pasta da Educação. A Vereadora esclareceu que isso ocorreu, mas que não permaneceu nessa situação, porque foi constatado que era irregular, porém a prática continua até hoje com outros secretários. A Vereadora voltou a perguntar qual a função e qual a nomeação da senhora Wescaline, a qual informou que responde pela Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus, e é nomeada como Assessora de Integração Governamental. A Vereadora solicitou que a Comissão Permanente de Saúde faça ofício pedindo parecer da PGM quanto à situação e afirmou que encaminhará os decretos de exoneração e de nomeação de Wescaline ao Ministério Público e no Tribunal de Contas. A Vereadora disse que o Poder Executivo deveria reformular sua estrutura administrativa para corrigir a distorção nos salários dos secretários e não permanecer numa conduta errada como essa. O Vereador Dhonatan Pagani perguntou se a Secretaria tem conhecimento de que sua nomeação em dois cargos em comissão trata-se de improbidade administrativa. A Secretaria respondeu que não sabia. O Presidente voltou a falar sobre os recursos da Saúde devolvidos por falta de cumprimento de prazos e perguntou quais as providências para que isso não continue acontecendo. Ao que a Secretaria respondeu que tem buscado todos os meios para que, em sua gestão, nenhum recurso seja devolvido. Sobre a questão da UPA, a Secretaria se mostrou favorável à visita dos Vereadores ao local, até porque são os fiscais do povo. Sendo assim,

firmou compromisso de ajustar isso com o responsável pela UPA para que os Vereadores tenham a liberdade de visitar a Unidade para cumprir seu papel de fiscalizar. O Vereador Zeca da Discolândia falou sobre o agendamento das tomografias em outro município e do longo espaço de tempo de espera para a realização do exame, que pode levar até seis meses. Outra questão colocada pelo Vereador foi a diminuição no quantitativo de médicos e enfermeiros no novo Plano de Carreira, Cargos e Remuneração - PCCR - dos servidores do Poder Executivo. Sobre a situação do agendamento das tomografias, a Secretaria esclareceu que é um procedimento de média complexidade, portanto de competência do Estado, mas que esteve em Porto Velho e os diálogos já estão avançados no sentido de resolver a situação, tanto que foi aberto um processo para contratação do serviço aqui no Município. A Secretaria ainda falou de outra alternativa, que é a realização de 35 tomografias por mês em Ji-Paraná, conseguidas por intermédio da Deputada Federal Silvia Cristina, com deslocamento dos pacientes num micro-ônibus por conta da Prefeitura. A Secretaria informou que vai dialogar com a empresa Mega Imagem para que realize as tomografias, e esclareceu poderá utilizar recurso de Emenda destinada pela Deputada Jaqueline Cassol. Sobre o quantitativo de médicos e enfermeiros no PCCR, Weslaine explicou que o Projeto lhe foi encaminhado apenas para verificar as atribuições dos servidores e afirmou que a lei 008/1996 prevê cem (100) vagas de médicos, mas que o Município nunca conseguiu contratar esse quantitativo, até por conta da questão da defasagem salarial. Então foi sugerido que mantivesse os cinquenta e seis (56) médicos efetivos e extinguisse as outras vagas para abrir processo seletivo. Segundo a Secretaria, isso lhe foi passado e não teve como opinar, como mudar. A seguir, o Vereador Samir Ali falou sobre o aumento dos encaminhamentos de pacientes para outros municípios e sobre as denúncias que esses encaminhamentos acontecem para favorecer médicos que residem em outro município, aproveitando a *carona* para voltar para casa ao mesmo tempo em que recebe diária para acompanhar o paciente. O Vereador comentou também que há alguns dias vazaram fotos de uma funcionária da empresa que presta serviços médicos da UPA dentro da SEMUS acompanhando processos. O Parlamentar então questionou se a relação da Secretaria com a empresa vai além do profissional. O Vereador Dhonatan Pagani complementou solicitando que a Comissão de Saúde encaminhe ofício à SEMUS solicitando relatório de encaminhamento e transporte de grávidas para outro município nos últimos 365 dias, mês a mês. Em continuidade, sobre o aumento no

quantitativo de encaminhamentos de pacientes para outros municípios, a Secretaria disse que houve uma redução nos encaminhamentos, mas que, quando era Diretora do Hospital Regional, chegou a solicitar que uma médica se retirasse da ambulância, porque havia encaminhou uma paciente para Porto Velho e iria acompanhá-la. Segundo Weslaine, a médica teria plantão na cidade de Porto Velho no outro dia e queria aproveitar a *carona*. A Secretaria então determinou que outra médica fizesse o acompanhamento. Diante da confirmação da Secretaria, os Vereadores questionaram se ela tomou alguma providência. Ela disse que não, justificando que a médica já estava saindo do plantão. O Vereador Samir Ali rebateu dizendo que pelo menos teria que ter notificado e averiguado se de fato a paciente precisava ser transferida. A Secretaria então esclareceu que, quanto à conduta médica de encaminhar o paciente, não poderia entrar no mérito, mas sobre a situação de a médica estar encerrando o plantão para ir na ambulância, determinou que quem acompanhasse a paciente fosse quem daria sequência ao plantão. O Vereador Dhonatan Pagani pediu que, quando a SEMUS for encaminhar o relatório dos encaminhamentos de pacientes, que envie também cópia dos documentos comprobatórios, não apenas que seja descrito no texto do ofício. Sobre a questão levantada pelo Vereador Samir Ali, a respeito de funcionários da empresa acompanhando processo na SEMUS e ao questionamento sobre a relação da Secretaria com a empresa, Weslaine respondeu que sua relação é estritamente profissional e que chamou a profissional para tirar dúvidas sobre o processo. O Vereador Sargento Damassa pediu a previsão para a entrega das obras de reforma do Hospital Regional, para que a UPA volte a funcionar como tal, e previsão para conclusão das obras de reforma da UBS Leonardo Alves de Souza e da UBS do Cristo Rei. Perguntou também quando as cirurgias eletivas voltarão a ser realizadas. Sobre as cirurgias, a Secretaria disse que o processo de chamamento está aberto para que até no próximo dia quinze (15) as empresas interessadas entreguem os envelopes e, dentro de uns sessenta (60) a noventa (90) dias já deem início às cirurgias eletivas. Quanto ao retorno do atendimento no Hospital Regional, a Secretaria disse que isso não vai mudar muito a situação da UPA, porque a população deve se conscientizar de que há casos em que deve procurar as UBS e não o Hospital Regional ou a UPA. “O Hospital Regional, quando entregar aquela parte da frente, eu já conversei para que a gente faça uma pactuação e que ali volte a ser um pronto-atendimento, que vai atender com dez (10) leitos. Então, quando a obra for entregue, e a previsão era agora para final de março, mas acho que vai até

uns dias do mês de abril, a nossa intenção é trazer parte dos atendimentos, não de pronto-atendimento". Em seguida, a Vereadora Professora Vivian Repessold expôs uma situação que chegou ao seu conhecimento, qual seja: a possibilidade de acadêmicos de enfermagem e técnicos em enfermagem que não são residentes acompanharem procedimentos nas unidades de saúde do Município, seja centro cirúrgico ou qualquer outra. Com essa pontuação, a Vereadora questionou se isso ocorre e, em caso positivo, que regulamentação o permite. Em caso negativo, o que justifica a presença de acadêmicos não residentes no centro cirúrgico e nas unidades hospitalares? Questionou ainda se a Secretaria é conchedora da situação. A Secretaria respondeu que a situação não chegou a seu conhecimento e afirmou que isso não tem legalidade, a menos que os acadêmicos estejam estagiando acompanhados de seu preceptor de campo. A Vereadora ainda perguntou como a Secretaria pretende aproveitar os servidores que estiveram na linha de frente no combate à Covid que foram contratados por meio de processo seletivo, já que a demanda diminuiu com a redução dos casos. A senhora Welslaine respondeu que não há legalidade para que esses profissionais sejam mantidos no quadro de servidores, até porque há candidatos concursados esperando a convocação, dessa forma, à medida que os contratos forem vencendo serão rescindidos. O Vereador Dhonatan Pagani reiterou a questão da presença de acadêmicos técnicos de enfermagem e enfermeiros nas unidades de saúde e perguntou se existe uma normativa que prevê o estágio e, se existe, como e quem é liberado para fazer. A Secretaria esclareceu que "*esses pactos foram feitos com as faculdades, inclusive eles têm uma contrapartida com o Município que eu posso estar enviando para esta Casa de Leis*". O Vereador perguntou que faculdades fizeram pacto com o Município, sendo Fimca, Unesc, Unopar, Claretiano a resposta da Secretaria. O Vereador ainda perguntou se o estagiário pode estar presente nas unidades de saúde em qualquer horário, desde que acompanhado de seu preceptor, e quem faz a seleção dos acadêmicos. A Secretaria confirmou que o estagiário pode estar presente nas unidades de saúde em qualquer horário e que quem realiza a seleção são as faculdades, que enviam a proposta para a SEMUS, de acordo com o contrato de pactuação firmado. O Vereador justificou seu questionamento dizendo que tem a informação de que uma estagiária teve o acesso à unidade hospitalar negado pela própria Secretaria Welslaine, mesmo acompanhada por seu preceptor. A Secretaria informou que isso não procede, o que aconteceu é que "*uma certa acadêmica me procurou, fazendo denúncia para mim, que tinha pessoas (mas na*

*verdade ela queria privilegiar a ela) que estavam fora do horário de estágio acompanhando outros profissionais na UPA, e eu falei para ela que isso não podia, a pessoa só poderia estar na companhia de seu preceptor de sua instituição. Enfermeiro da UPA não é preceptor, ele é funcionário que está cumprindo sua carga horária, e aí ela perguntou: ‘E aí eu não posso, mesmo se eu pagar a ela’. Claro que não, aí se pagar que está errado mesmo”, afirmou a Secretaria, que informou ter apurado se isso estava acontecendo, ocasião na qual foi feito um documento proibindo essa conduta. Em continuidade, o Vereador Dhonatan Pagani perguntou se procede que o doutor diretor técnico do Hospital Regional pediu afastamento do cargo. Explicando que o doutor Janio acumula diversas funções, a Secretaria confirmou que o médico pediu afastamento, mas concordou em aguardar até que a SEMUS consiga alguém para substituí-lo. Finda a oitiva, o Presidente e os demais Vereadores agradeceram a presença da Secretaria e disse que esta Casa dará todo suporte possível à SEMUS. A Secretaria agradeceu a oportunidade e falou do que tem feito para o Município nesses meses de sua gestão, citando a parceria que conseguiu com o Hospital Halbert Haisnten, a qual consiste em atendimento por meio de telemedicina, cuja cabine funcionará, inicialmente, na UBS Afonso Mansur até que possa ser instalada no Centro de Especialidades João Luiz. Disse também que obteve bastante avanço nas tratativas para a inauguração da UTI Neonatal, e concluiu se colocando à disposição de todos os Vereadores. Após a oitiva da Secretaria de Saúde, o Presidente prorrogou a Sessão por mais uma hora, conforme dispõe o inciso XIV do artigo 25 e artigo 93 do Regimento Interno e solicitou à Secretaria a chamada dos Vereadores inscritos na **PALAVRA LIVRE**. O Presidente, Vereador **Ronildo Macedo**, passou a direção dos trabalhos ao 1º Vice-Presidente, Vereador Samir Ali, e falou sobre a dificuldade da Secretaria Municipal de Saúde por conta das constantes exonerações e novas nomeações de Secretários. Falou também do pronunciamento do ex-Secretário Municipal de Fazenda José Jovino, na reunião das Comissões Permanentes que ocorreu ontem, em que, segundo o Vereador, o ex-Secretário afirmou que o PCCR, protocolizado nesta Casa na última sexta-feira, “*chegou no Executivo sem um estudo do Executivo, e jogou a culpa em cima de dois, três servidores que tinham feito o Plano, e que eram de confiança*”. Ainda em suas declarações, o Vereador disse que ficou indignado com a afirmação do senhor Jovino, que, mesmo não conhecendo o Plano, afirmou que “*estava sendo beneficiado nesse Plano porque fez um combinado com o Prefeito, no passado, para aumentar a receita do Município*”. O*

Vereador Ronildo Macedo então questionou: “*Como que eles fizeram esse combinado*”. O Vereador ainda discorreu sobre a exoneração do senhor Jovino, que também recebeu sua licença-prêmio em pecúnia, enquanto muitos servidores exonerados há anos estão aguardando o pagamento da rescisão. Voltou a mencionar que o ex-Secretário tinha um “*combinado com o Prefeito, que era de aumentar a arrecadação, aí começaram a cobrar o ‘Habite-se’, o Alvará de Funcionamento para as empresas trabalharem, porque o Jovino tinha que fazer arrecadar para melhorar a situação financeira dele*”. O Vereador Samir Ali pediu aparte, oportunidade na qual disse que é a favor da valorização profissional, até porque de modo geral o servidor municipal ganha mal, e que não é contra a valorização do fiscal ou qualquer que seja, mas seu questionamento relativo ao discutido na reunião das Comissões, é que, “*nessa primeira etapa, nenhum servidor de curso superior será contemplado e, assim como o fiscal merece os médicos também merecem, os contadores também merecem e inúmeros profissionais de curso superior também merecem, porque a gente sabe que estão com os salários defasados*”. O Vereador Ronildo Macedo retomou a palavra e disse que “*a discussão nem é o aumento, porque eu acho que todo mundo deve viver dignamente, e não é pelos fiscais, é pelo combinado com o Prefeito que me estranha*”. Outro assunto abordado foi o PCCR, com a afirmação do Vereador de que a Câmara foi afastada das discussões para elaboração do Projeto, porém tem realizado reuniões com os servidores do Poder Executivo para discutir a matéria, que foi protocolizada na Casa na última sexta-feira. Na sequência, o Vereador Dhonatan Pagani fez uso da palavra e concordou com a opinião do Vereador Samir Ali sobre o aumento na remuneração dos fiscais, pois, se o Município comporta que os fiscais recebam aumento, não há problema que eles recebam, contanto que não seja injusto com as demais categorias. Com relação à oitiva da Secretaria Municipal de Saúde nesta Sessão, o Vereador disse que algumas questões foram esclarecidas, outras dependem de resposta por meio de ofício, como por exemplo o caso do aumento nos encaminhamentos de pacientes para outro município, orquestrado pela empresa que presta serviços na UPA, ocorrência que era de conhecimento da Secretaria, como ela mesma confirmou. O Vereador concluiu dizendo que “*os questionamentos que são levantados nesta Casa é para que a Secretaria responda e também tome providência em relação a todo o escárnio que acontece, porque as pessoas nos cobram resposta, e nós continuaremos cobrando respostas, exigindo documentos e fazendo com que a nossa população seja*

atendida com qualidade". A seguir, iniciou-se a **SEGUNDA PARTE DA SESSÃO** e o Presidente solicitou à Secretaria a leitura das matérias para a **ORDEM DO DIA**. **Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar** nº 393/2022. Não houve mais discussão e o Projeto de Lei Complementar foi **aprovado** por unanimidade. **Discussão e Votação dos Projetos de Lei** nºs 6.279 e 6.280/2021; 6.330, 6.348, 6.349, 6.350, 6.359, 6.360, 6.361, 6.362, 6.363, 6.364, 6.365 e 6.366/2022. A Vereadora **Clerida Alves** discutiu o Projeto de nº 6.364/2022, informando que o recurso do Projeto é oriundo de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Ezequiel Neiva e agradeceu ao Deputado pela parceria em prol da Educação no Município. O Vereador **Samir Ali** também discutiu, agradecendo a Vereadora Clerida, que, por meio de sua parceria com o Deputado Ezequiel Neiva tem conseguido inúmeros recursos para o Município, inclusive este destinado ao projeto de robótica nas escolas municipais. Não houve discussão e todos os Projetos de Lei foram **aprovados** por unanimidade. **Discussão e Votação do Requerimento** nº **007/2022**. O Vereador Ronildo Macedo, autor da Matéria, discutiu, explicitando os motivos que o levaram a convocar o Secretário Municipal de Obras para ser ouvido em Sessão Ordinária e pediu apoio dos colegas na aprovação do Requerimento. O Vereador **Dhonatan Pagani** mencionou os casos de servidores que há anos foram exonerados e ainda não receberam suas verbas rescisórias. Não houve mais discussão e o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. Em continuidade, o Presidente solicitou à Secretaria a chamada dos Vereadores inscritos nas **Explicações Pessoais**. Todos os Vereadores inscritos dispensaram o uso da palavra. Nada mais a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão. E para constar, eu, Vereadora Clerida Alves, 1ª Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo Presidente.

EGL